



RESOLUÇÃO

“Prosseguir e intensificar a luta por melhores condições de trabalho.”

A Direção Nacional do STAL determinada em prosseguir a luta pela concretização das suas reivindicações, aprovou a realização de um “Mês de Esclarecimento e Luta” (de 15 de janeiro a 16 de fevereiro), que contempla um conjunto de ações, em todos os setores de atividade, em locais de trabalho e em espaços públicos por todo o país.

Entendemos que as medidas contidas no Orçamento de Estado para 2023 são de uma gritante injustiça e muito insuficientes, não só não respondem aos problemas concretos dos Trabalhadores, do Povo e do País, como agravam o seu futuro de forma permanente, conduzindo ao empobrecimento de trabalhadores, reformados e pensionistas, à precariedade, que afeta sobretudo os jovens, e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública, e em especial os da Administração Local.

A situação atual exige medidas imediatas para aumentar os salários e pensões, travar a especulação, a degradação das condições de vida e a exploração, proteger e reforçar os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado.

Mas também as questões das condições de trabalho são uma prioridade que tende a ser desvalorizada. O STAL considera fundamental que a ACT seja dotada dos meios humanos e financeiros adequados para exercer as suas competências na área das autarquias, nomeadamente em matéria de fiscalização das condições de trabalho e apuramento de responsabilidades nos casos de acidentes de trabalho. Só assim contribuiremos para diminuir o número de acidentes de trabalho que todos os anos vitimam milhares de trabalhadores pelo País.

A segurança e saúde no trabalho constitui um direito fundamental de quem trabalha, defendemos o rigoroso cumprimento das normas de segurança e saúde, e o desenvolvimento de uma cultura de prevenção, assente na avaliação de riscos e na implementação de medidas tendo em vista a melhoria das condições de trabalho.

Igualmente indispensável, é a implementação por parte das entidades empregadoras, de uma adequada organização e funcionamento efetivo dos serviços de segurança e saúde, assegurados por técnicos especializados, de dinamização da formação e sensibilização de todos os trabalhadores e seus representantes, bem como valorizar e promover a participação dos representantes dos trabalhadores para a SST ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores em todos os locais de trabalho.

Neste sentido e sublinhando o papel fundamental da ACT, notamos que, infelizmente a atuação do organismo público é demasiado morosa ou com respostas pouco eficazes, o que representa prejuízos sérios para os trabalhadores e para o prestígio da instituição. Tal como é o exemplo dos trabalhadores do grupo ADP-Águas de Portugal, que precisam e exigem que o Acordo Coletivo de Trabalho seja cumprido na íntegra, e que a presença da ACT neste setor, tenha uma intervenção mais permanente.

Por isso, exige-se um reforço efetivo da ACT, mais ainda num contexto em que os trabalhadores estão numa situação fragilizada.

Plenário de Trabalhadores.

Évora, 20 de janeiro de 2023